JORNAL ADUFOP

FACEBOOK.COM/ADUFOP
@ADUFOP
ADUFOP.ORG.BR

EDIÇÃO ESPECIAL PANDEMIA, VOLUME I

Ensino remoto é mais um dos diversos ataques do governo à Educação Pública

A chegada da pandemia da COVID-19 impôs ao mundo uma série de restrições e, aos trabalhadores e trabalhadoras, imensos desafios. No Brasil, as naturais dificuldades do isolamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), somou-se o projeto de desmonte da Educação Pública que já vinha sendo implementado pelo atual governo. Ainda, ao contrário dos governantes que adotaram, por cautela ou necessidade, as medidas sanitárias recomendadas, o presidente Jair Bolsonaro destacou-se por colocar o povo brasileiro em uma posição de sacrificar a própria saúde em nome de, pretensamente, 'salvar a economia'.

Continua na p. 10

O que você vai encontrar nessa edição:

Diretoria da ADUFOP convoca docentes para Assembleia Geral On-line na próxima quarta-feira (22) *p.3*

Calendário eleitoral da ADUFOP suspenso *p.4*

UFOP aprova Plano Letivo Especial Emergencial durante a pandemia *p.4*

ADUFOP forma Frente da Educação junto ao ASSUFOP e ao SINASEFE IFMG *p.7*

ADUFOP constitui Frente de atuação acerca da Mineração na região *p.8*

Solidariedade de classe: Ações da ADUFOP durante a pandemia *p.14*

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP
Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL
ANTIFASCISTA

EDITORIAL

Convite à leitura do Informativo Edição Especial Pandemia

Prezadas e prezados docentes, a ADUFOP convida todas e todos para o diálogo e reflexão a partir das reportagens e textos apresentados neste informativo "Edição Especial Pandemia, vol. I". Nas linhas que seguem serão explicitadas ações e reflexões realizadas neste excepcional e dramático momento em que vivemos, uma pandemia que assola o mundo e muito fortemente o nosso país, e um momento histórico em que os ataques à educação Pública e à universidade se intensificam a cada dia.

Neste início do século XXI, a crise do capital ganha ampliados contornos e conforma um conjunto de ataques à classe trabalhadora. O descaso em relação à vida humana neste período de pandemia, em que a premissa de salvar a economia e os lucros se põe como máxima em detrimento de salvar vidas, é um exemplo dessa posição assumida pelos expoentes do capital e por governos alinhados e subordinados a estes interesses.

O desemprego, a fome, a pobreza, a miséria, a retirada de direitos historicamente conquistados pelo conjunto da população brasileira, os ataques ao funcionalismo público são ofensivas do capital sobre a classe trabalhadora e ganham expressivos índices, o que reafirma a necessidade de fazer frente a esta situação que nos é imposta.

Nesse sentido, em relação a educação pública e a universidade o tempo presente exige respostas no sentido de não permitir o seu completo desmonte enquanto direito social garantido na Constituição Federal de 1988. O "Future-se" apresentado como projeto de lei pelo Governo Bolsonaro ao Congresso Nacional é a expressão dessa tentativa de sucateamento e de modificação do que temos atualmente enquanto estruturas de educação e universidades públicas. Se aprovado, o que temos hoje nestes âmbitos será modificado, piorado, será colocado ainda mais a serviço do capital e distanciará brasileiras e brasileiros do acesso ao ensino superior público.

Além deste ataque organizado de modo estrutural, é preciso mencionar que outras formas de desmonte do ensino superior público estão em curso, tal como a tentativa de modificação do ensino presencial em ensino remoto em tempo de pandemia. Essa tentativa, indicada pelo MEC, tem explícito caráter de desmonte da universidade uma vez que piora as condições de trabalho dos e das docentes, dos e das técnico-administrativos. Não se coloca de modo responsável, inclusivo e democrático como é buscado apresentar a proposta, pelo contrário, se configura como uma forma excludente, elitista e precarizada de ofertar o ensino superior público. Precisamos reagir e nos posicionar contrariamente a estas propostas pois elas compõem uma ampla ofensiva sobre o funcionalismo público e sobre a educação e universidade públicas.

Em um contexto tão adverso, a realidade exige respostas, posicionamentos, enfrentamentos e resistência. Mais do que nunca se reivindica a organização sindical como mecanismo fundamental nesta empreitada de lutas. A articulação entre os diferentes sujeitos coletivos é urgente, necessária e determinante dos caminhos que os enfrentamentos assumem.

A defesa da classe trabalhadora, da categoria docente e da universidade pública tem sido as bandeiras assumidas e defendidas pela ADUFOP. Tais ações se fazem em diálogo e reflexão com demais entidades sindicais e movimentos sociais que atuam na região. Precisamos potencializar as resistências e os enfrentamentos.

Nesse sentido, fica o convite à leitura e reflexão do que será apresentado a seguir.

Boa leitura!
Diretoria ADUFOP,
17 de julho de 2020.

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS
Adufop ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL

EXPEDIENTE:

Diretoria ADUFOP - Gestão 2018-2020
Presidente: André Luiz Monteiro Mayer
Vice-Presidente: Rodrigo Meira Martoni
1ª Secretária: Cristina Oliveira Maia

2ª Secretária: Amanda Sávio Nascimento
1ª Tesoureira: Kathiuça Bertollo
2º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

Jornalista: Larissa Lana MTB 0021187/MG
O conteúdo deste informativo é de responsabildade da Diretoria ADUFOP
Versão Digital

Tel: (31) 3551-5247 | comunicacao@adufop.org.br
R. Antônio José Ramos, 65 - Bauxita, Ouro Preto - MG

BASE

Diretoria da ADUFOP convoca docentes para Assembleia Geral On-line na próxima quarta-feira (22)

A diretoria da ADUFOP convoca os docentes para Assembleia Geral On-line, dia 22 de julho, às 17h. A pauta será: Informes Gerais; Debate e Construção do Protocolo Didático-Pedagógico e de Segurança do Trabalho Docente em relação ao Plano Letivo Especial (PLE) Emergencial aprovado pela UFOP; Escolha de uma Comissão entre os (as) Docentes da Assembleia, para discutir com a Reitoria, o Protocolo Didático-Pedagógico e de Segurança do Trabalho Docente. Proposta de sete membros: dois de João Monlevade, dois de Mariana, dois de Ouro Preto e um da Diretoria da ADUFOP.

Para participar da Assembleia, os docentes devem confirmar sua participação pelo e-mail: secretaria@adufop.org.br até às 17h, do dia 20 de julho (segunda-feira). A ferramenta utilizada para a reunião virtual será o "Google Meet" e, na próxima semana, serão encaminhados aos sindicalizados inscritos todas as instruções para acesso à plenária.

ASSEMBLEIA GERAL ADUFOP ON-LINE

Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL

DATA:22/07/2020 | HORÁRIO:17H | VIA GOOGLE MEETS

Confirmar participação pelo e-mail: secretaria@adufop.org.br até às 17h, do dia 06 de julho (segunda-feira).

BASE

Assembleia Geral ADUFOP elege delegação para CONAD Extraordinário Virtual e discute o PLE da UFOP

A diretoria da ADUFOP realizou, no dia 08 de julho, pela primeira vez na história da entidade, uma Assembleia Geral Extraordinária e Virtual. A Assembleia foi presidida pelo professor André Luiz Monteiro Mayer e secretariada pela professora Kathiuça Bertollo, respectivamente presidente e primeira tesoureira da ADUFOP.

Os docentes elegeram a delegação que irá representar a seção sindical no Conad Extraordinário Virtual. O evento vai ocorrer nos dias 30 e 31 de julho de 2020 e com o tema "Prorrogação do Mandato da Diretoria Nacional". Foram eleitos a professora Kathiuça Bertollo (DESSO), como delegada; os docentes Rodrigo Cunha Nogueira (DEARQ), como observador/suplente de delegado e Felipo Bacani (DECEA), como observador.

Em seguida, os docentes analisaram a conjuntura política e, em especial, o Plano Letivo Especial (PLE) Emergencial, apresentado pela administração da UFOP. Os docentes manifestaram-se expondo suas opiniões a favor e contrárias ao PLE.

Após o debate, os encaminhamentos foram: manter o debate com a base; proposta de outra assembleia; criar um Protocolo Didático-Pedagógico e de Segurança para o Trabalho Docente com as sugestões dadas pela base.

A ADUFOP informa que, para facilitar e qualificar a construção deste Protocolo, será importante que os Departamentos e Institutos enviem para o sindicato, os elementos de debate sobre as condições didáticos-pedagógicas e de segurança de trabalho docente, presentes nas discussões das Assembleias Departamentais, quando da aceitação/aprovação (ou não) do PLE.

Esse material e todas as informações presentes nas notas, ofícios e cartas que a ADUFOP disponibilizou nos últimos três meses aos docentes, servirão para construção de um documento a ser discutido em nova Assembleia Geral.

A ADUFOP mantém a determinação central na Defesa da Categoria Docente e na Defesa do Caráter Público da Universidade Federal.

ELEIÇÃO

Calendário eleitoral da ADUFOP suspenso

Tendo em vista a gravidade da pandemia, que impôs medidas restritivas de circulação de pessoas e de funcionamento de estabelecimentos públicos e privados, a Comissão Eleitoral da ADUFOP, considerando as orientações do Sindicato Nacional; considerando a situação relacionada com a saúde pública, em termos nacionais e a permanência da suspensão das atividades acadêmicas presenciais no âmbito da UFOP, suspendeu o processo eleitoral de escolha da diretoria da entidade para o biênio de 2020-2022 por 120 dias (contados a partir de 8 de maio).

A Diretoria da ADUFOP convocou, em 13 de maio, reunião extraordinária, online, do Conselho de Representantes na qual foi prorrogado o mandato. Ao final do prazo, constatada a impossibilidade de realização das eleições, poderá ocorrer nova prorrogação do mandato, também deliberada pela Conselho de Representantes. Se, no período de suspensão, as causas que ocasionaram a interrupção do processo terminarem, a Comissão Eleitoral retomará os procedimentos do processo eleitoral.

UFOP

UFOP aprova Plano Letivo Especial Emergencial durante a pandemia

Através da Resolução CEPE nº. 8.000, de 07 de julho de 2020, a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP aprovou e regulamentou a oferta do Período Letivo Especial (PLE) Emergencial. O início será em 24 de agosto e término em 17 de outubro de 2020. A Universidade substituirá aulas presenciais por aulas virtuais enquanto o estado de calamidade pública decorrente do Coronavírus perdurar.

Inicialmente, cada aluno(a) poderá cursar duas disciplinas, não sendo obrigatória a adesão ao PLE Emergencial por parte de professores e discentes.

A Resolução aprovada está em desacordo com a Portaria MEC nº. 544/2020 que previa a adoção obrigatória de ensino remoto ou a suspensão das aulas até 31 de dezembro de 2020. A UFOP traz um modelo híbrido, não obrigatório, mas que não resguarda os direitos funcionais aos docentes que não aderirem ao proposto.

A ADUFOP elaborou inúmeras críticas à proposta da Reitoria da UFOP: prazo de uma semana para análise da minuta; ausência de condições isonômicas de alunos, docentes e técnicos; aprofundamento da precarização do trabalho docente; alinhamento às determinações do MEC/Bolsonaro; desconsideração das diferenças de gêneros na oferta das disciplinas; entre outras.

O sindicato irá acompanhar o PLE Emergencial e apresentará um protocolo de retorno contribuindo para a segurança e saúde dos envolvidos.

A ADUFOP é contra o PLE Emergencial da UFOP - FOTO: ASCOM UFOP

LUTA

COVID-19, mineração e ensino superior público

O histórico da educação pública e do ensino superior público no Brasil carrega marcas de conservadorismo, elitismo e exclusão de grande parcela da população. Nascida para atender as demandas das classes dominantes, as classes subalternas ainda permanecem muito fortemente afastadas da real e efetiva apropriação do que poderia e deveria ser a educação e a universidade pública em nosso país.

Em uma sociabilidade de ordem hegemônica conservadora-burguesa prevalecem, consequentemente, as ideias, as forças e os poderes que representam tal perspectiva de entendimento de mundo, de existência do ser humano, de apropriação e domínio da natureza.
Estão imbricados nesta relação ideológica, técnica e científica o lugar, a operacionalização e a função da Educação e da Universidade. Nesse sentido, entendemos que estes âmbitos deveriam ser inscritos e direcionar sua existência no sentido de possibilitar descobertas e avanços científicos e a apropriação destes em favor dos legítimos interesses da classe trabalhadora.

São notórios os ataques materializados via restrições e configurações legais, normativas e programáticas governamentais e perspectivas ideológicas cerceadoras, que incidem sobre a educação pública. Demarcamos na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a aprovação da terceira versão da LDB. Nesta, fica fortemente explícita a possibilidade de mercantilização da educação, direito social recentemente reconhecido na Constituição Federal de 1988.

Ao longo dos governos petistas, dos anos 2003 a 2016, vivenciou-se, via o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o processo de expansão do ensino superior público, porém, sem maiores condições de operacionalização. Questão esta que teve forte impacto e atualmente configura as particularidades do processo de interiorização do ensino. Também vivenciou-se a ampliação de acesso ao ensino superior via o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o que fortaleceu, sobre novas bases, a lógica de mercantilização da educação.

Ao longo dos anos recentes, cujo ápice podemos destacar no ano de 2019, com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república, candidato que representava a extrema direita, com ideais fascistas e antipovo, avança a ofensiva explícita e mais agravada ao que foi possível construir e manter da educação superior pública enquanto um direito social. Nesta ofensiva predatória sobre a educação superior pública o carro chefe é o Projeto intitulado 'Future-se', que prevê que a universidade se curve diante e sob os interesses do capital.

É comum a todos estes governos o ataque aos direitos trabalhistas dos docentes e dos técnicos administrativos, bem como a precarização no atendimento às demandas dos discentes, graduandos e pós-graduandos que representam o futuro da ciência e da pesquisa do país. Contrarreformas previdenciárias que alteraram significativamente a carreira dos servidores desencadeando restritivos acessos à previdência social e achatamento salarial, restrição orçamentária que culmina com o corte de bolsas de iniciação de científica, extensão, pós-graduação, impossibilidade de aquisição de equipamentos e insumos para o desenvolvimento de pesquisas e projetos extensionistas são realidades constantes da educação superior pública brasileira.

Feitas estas breves considerações direcionamos nossa reflexão ao atual momento vivenciado em escala mundial: uma pandemia que põe em xeque a própria existência do gênero humano. Em escala global, no dia 16 de julho, já são 13.378.853 casos e 580.045 mortes confirmadas. No Brasil, são 2.014.738 casos notificados e 76.822 mortes confirmadas, isso sem considerar os possíveis casos subnotificados e de óbitos que ainda aguardam pelo resultado de exame para confirmação da causa da morte. Esta triste realidade estatística tem total ligação com o destino traçado pela ciência e pelo desenvolvimento das forças produtivas até este momento da história.

Queremos dizer que o destino das pesquisas científicas no plano mundial não assumiu como prioridade o bem comum, a intenção de contribuir para o avanço social entre os indivíduos. Assumiu prioritariamente os interesses da indústria bélica, da indústria dos agrotóxicos, da indústria farmacêutica, da indústria que extrai e exaure recursos naturais, dentre estas a mineração.

Buscando exemplificar a expressividade desta questão, o tamanho do dilema no que se refere à universidade pública e a luta por sua existência e configuração ampliada de educação em contexto de presença incisiva do capital em seu meio e cotidiano, ditando e organizando suas ações, trazemos em evidência a ação denominada 'Desafio COVID-19' proposta pela mineradora Vale S.A. Inscrevemos tal iniciativa enquanto de 'responsabilidade social', ou seja, ação panfletária assumida pelo capital e seus expoentes, cujo intuito é apresentar à sociedade uma face humanizada e preocupada de suas empresas.

Sabemos que não é possível qualquer face humanizada ou ações preocupadas com o bem comum na atividade da mineração extrativista desencadeada pela Vale S.A, pela Samarco, pela CSN ou qualquer outra mineradora. A história recente nos lembra, dia após dia, das centenas de mortes e da destruição da natureza causadas pelos rompimentos/crimes de barragens no dia 05 de novembro de 2015 e no dia 25 de janeiro de 2019 em Mariana-MG e Brumadinho-MG, respectivamente.

Neste momento mundial turbulento, a história exige que os interesses privados e a busca por lucratividade não se sobreponham à vida dos trabalhadores; assim, é preciso parar a atividade minerária a fim de preservar vidas! Não podemos permitir que a ganância industrial-empresarial se sobreponha e apresente à humanidade mais um crime que poderá ceifar a vida de parcela expressiva da população que vivencia direta ou indiretamente a mineração extrativista em seus cotidianos, em suas jornadas de trabalho.

As relações sociais capitalistas proporcionam um horizonte limitado acerca da nossa existência genérica. É custoso por demais entender que nossa vida não vale nada para o capital, mais ainda, tomarmos consciência disso e buscarmos reverter tal quadro. É nesse lugar que inscrevemos a universidade pública, se a registramos sob a perspectiva de que deve cumprir sua função social, bem como a educação, se a tomamos num sentido mais amplo, para além da perspectiva conteudista, formalista, estéril e distante dos reais interesses e necessidades da plena existência do gênero humano.

Esta pandemia nos mostra mais uma vez que é preciso dizer não a qualquer perspectiva tolhedora e apropriadora por parte do capital sobre a educação, sobre a universidade pública enquanto direitos historicamente requisitados pelas maiorias, pela classe trabalhadora. Precisamos avançar no fomento das pesquisas e constituição de cursos de graduação e pós-graduação, presenciais, de qualidade (o que pressupõe a efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão), de áreas que possibilitem a cura de doenças, que possibilitem que a comunidade se insira e seja requerida no cotidiano da vida acadêmica, que os movimentos sociais sejam ouvidos, que objetivam o bem comum e um avanço societário justo.

Nesse sentido, é fundamental retornarmos e nos apropriarmos das palavras de Florestan Fernandes (1975, p.122-123), quando nos diz que depende do intelectual "especialmente se estiver inserido na rotina da vida universitária como professor, pesquisador ou estudante […] o delineamento de um novo tipo de universidade e o patamar de um novo estilo de comunicação dela com a sociedade global […]".

A capacidade teleológica e política do ser humano permitirá superar esta terrível condição de doença e de incerteza da vida sob os ditames do capital e seus expoentes nos diferentes âmbitos da vida social. Para tanto, o posicionamento teórico crítico e a sua materialização no cotidiano da vida universitária é uma empreitada posta às diferentes áreas do conhecimento. Urgente de ser assumida, materializada e perpetuada no interior da universidade e da educação pública.

Professora Kathiuça Bertollo
Diretora da ADUFOP

LUTA

ADUFOP forma Frente da Educação junto ao ASSUFOP e ao SINASEFE-IFMG

Diante das imposições do Ministério da Educação (MEC) e de gestões e reitorias em implementar, a qualquer custo, modalidades de ensino remoto nas universidades e institutos federais, além da intensificação dos ataques aos direitos da classe trabalhadora, a ADUFOP juntamente ao ASSUFOP e ao SINASEFE-IFMG construíram a Frente Educação em 20 de maio de 2020. As reuniões têm acontecido semanalmente, online, com representes das três entidades. A primeira ação conjunta foi a 'Nota Conjunta sobre as atividades remotas nas instituições públicas de ensino'.

Durante os encontros, estão sendo compartilhados informes do ANDES-SN, da FASUBRA e do SINASEFE NACIONAL que, antes da pandemia, haviam criado o Comando de Greve Unificado. Além disso, as entidades estão discutindo também ações conjuntas no âmbito político, de comunicação e de solidariedade de classe.

As três entidades têm um histórico de lutas conjuntas, inclusive de organização de grandes atos e manifestações de rua que, devido a pandemia, não estão mais ocorrendo de forma presencial. Já organizaram a Frente em Defesa das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas, seguindo orientações do ANDES, FASUBRA e SINASEFE Nacional. A partir dessa Frente, fizeram diversas ações, inclusive um Ato Político Cultural contra a reforma da Previdência, no Dia do Trabalhador, durante o ano passado. A reforma da previdência também foi tema de Debates sobre os impactos da extinção da Previdência, organizado pelas entidades.

Ato conjunto de 18 de maio de 2020 (18M) organizado pela ADUFOP, ASSUFOP, SINASEFE-IFMG e outras entidades. - FOTO: Larissa Lana/ADUFOP

LUTA

ADUFOP constitui Frente de atuação acerca da Mineração na região

A situação dos municípios em que a mineração é a principal atividade produtiva/econômica tem se agravado cada vez mais, consequentemente, os dramas e as violências sobre as comunidades próximas dos complexos de produção e das barragens, bem como à população de modo geral, têm ganhado novos e ampliados contornos destrutivos no tempo presente.

São exemplos desse acirramento nos municípios de abrangência da ADUFOP e adjacências: a não paralisação das atividades da mineração em meio a pandemia da COVID-19, situação que expõe diretamente os trabalhadores e trabalhadoras, bem como suas famílias e a comunidade à uma doença ainda sem cura, ao risco de morte. Também, a iminência de outros rompimentos criminosos de barragens, situação que é uma atual ameaça direta à população do Distrito de Antônio Pereira - Ouro Preto, ou a remoção forçada das famílias em decorrência desta situação. Além destas situações, em Mariana, o contexto pós rompimento/crime da barragem de Fundão, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, ainda é marca viva e dolorosa aos atingidos e atingidas. Dor e violência renovada inclusive pela atuação questionável de instituições criadas para atuar no processo de reparação e reassentamento, como é o caso da Fundação Renova..

Nesse sentido, A ADUFOP constituiu juntamente com outras entidades, organizações e movimentos sociais que têm atuação direta nas lutas em contexto da mineração, uma Frente cujo objetivo é pautar a temática, fomentar o debate e a reflexão crítica, e potencializar as lutas e enfrentamentos a partir da perspectiva da classe trabalhadora, dos atingidos e atingidas.

A constituição deste espaço entre diferentes sujeitos coletivos com atuação na região é resultado de um acúmulo realizado pela ADUFOP com ênfase a partir de 2018 e que foi se consolidando com a realização, em 06 de novembro de 2019, do evento: A Mineração que queremos - I Encontro Regional Por Um Novo Modelo de Mineração - I Jornada Universitária de Debates na Mineração, dentre outras ações, tais quais notas unificadas: Paralisar a mineração por nossas vidas!, 1º de maio em Ouro Preto e Mariana: Dia de Luta do Trabalhador e da Trabalhadora!, Neste período de pandemia, a mineração tem que parar! A vida é essencial, a mineração não! e textos/artigos publicados em parceria com outras seções sindicais do ANDES-SN.

A conformação dessa Frente é uma das formas que a entidade assume em seu cotidiano de atuação para reafirmar o seu posicionamento a favor dos interesses da classe trabalhadora e em defesa da Educação Pública e da Universidade

| I Encontro Regional por um novo modelo de mineração - I Jornada universitária de debates na mineração - FOTO: Larissa Lana/ADUFOP

socialmente referenciada e que efetivamente cumpra com a sua função social.

A ADUFOP assume como consideração fundamental e ponto de partida de sua existência e atuação a realidade, ou seja, um território historicamente conformado pela mineração e seus dilemas e contradições, e pelos processos violentos e destrutivos sobre a natureza e a vida humana. Assim, é necessário e urgente fazer frente a este contexto colocando o âmbito sindical da educação superior pública enquanto ferramenta para a potencialização das lutas e ampliação de reflexões críticas no âmbito da produção do conhecimento.

A ADUFOP convida a sua base a incorporar esta trincheira da luta social e sindical na região e no âmbito da educação superior pública.

Quem tiver interesse deve encaminhar e-mail para **comunicacao@adufop.org.br** sinalizando o interesse.

EDUCAÇÃO

Bolsonaro nomeia pastor e militar da reserva para o MEC

Depois de quase um mês sem ministro da educação, na última sexta-feira (10), o presidente Jair Bolsonaro anunciou um novo nome para a pasta: o professor, militar da reserva e pastor da Igreja Presbiteriana Milton Ribeiro. Teólogo e advogado, Ribeiro é ex-vice-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e não tem experiência no setor público.

Ribeiro será o quarto ministro nomeado para a pasta em um ano e meio de governo. Os antecessores são Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Carlos Alberto Decotelli (que não chegou a assumir o cargo).

O ministro já provocou espanto nas redes sociais por declarações anteriores. Em um dos vídeos polêmicos, chamado de "A Vara da Disciplina", disponível na internet, o ministro defendeu que crianças devem ser severamente castigadas, pois "a correção é necessária para a cura". "Deve haver rigor, desculpe. Severidade. E vou dar um passo a mais, talvez algumas mães fiquem com raiva de mim. Deve sentir dor", afirma ele durante uma pregação religiosa. "Mas cuidado. Não te excedas a ponto de matá-lo.", conclui, ignorando o Artigo 136 do Código Penal (a prática de maus-tratos é passível de punição); o artigo 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante) e o simples bom senso. Ribeiro também aparece,em vídeo gravado durante culto, em 2018, defendendo que "as universidades" ensinam "prática totalmente sem limites do sexo".

De acordo com a Plataforma Lattes, mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ele é graduado em Teologia e Direito, com mestrado em Direito e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Ainda é membro do Conselho Deliberativo do instituto Presbiteriano Mackenzie, entidade mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Com informações ANDES-SN

| Milton Ribeiro ao lado de Jair Bolsonaro após nomeação - Foto: Divulgação/Facebook

Governo envia ao Congresso Nacional PL que cria o programa Future-se

O governo federal encaminhou à Câmara dos Deputados o projeto de lei que institui o Future-se. O programa, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades, institutos federais e Cefet de todo o país.

em 27 de maio, com o MEC ainda sobre o comando de Abraham Weintraub.

O MEC apresentou a proposta há um ano, em meio à polêmica do contingenciamento das universidades federais. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado na Câmara e no Senado. O documento foi analisada pela Câmara e passa a tramitar como PL 3076/2020.

Como forma de chantagem, ainda no ano passado, o governo federal contingenciou recursos das instituições federais de ensino para forçar a adesão ao programa. Mesmo assim, mais de 30 universidades federais (incluindo a UFOP) no país rejeitaram o programa.

O envio do projeto ao Congresso tem gerado críticas por ter ocorrido em meio à interrupção das aulas presenciais por causa da pandemia.

A ADUFOP, assim como o Sindicato Nacional, tem se posicionado contra o Future-se e, durante o ano passado, realizou atos e campanhas contra o programa.

Com informações ANDES-SN

EDUCAÇÃO

Ensino remoto é mais um dos diversos ataques do governo à Educação Pública

A chegada da pandemia da COVID-19 impôs ao mundo uma série de restrições e, aos trabalhadores e trabalhadoras, imensos desafios. No Brasil, as naturais dificuldades do isolamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), somou-se o projeto de desmonte da Educação Pública que já vinha sendo implementado pelo atual governo. Ainda, ao contrário dos governantes que adotaram, por cautela ou necessidade, as medidas sanitárias recomendadas, o presidente Jair Bolsonaro destacou-se por colocar o povo brasileiro em uma posição de sacrificar a própria saúde em nome de, pretensamente, 'salvar a economia'.

Não obstante, aulas em escolas e instituições de ensino superior (IES) em todo o país foram suspensas, e docentes têm realizado de suas casas atividades para dar continuidade aos estudos, pesquisa, projetos de extensão e tarefas administrativas dos departamentos, durante o período de isolamento.

O Ministério da Educação (MEC) publicou, no dia 17 de março a portaria n° 343 que autoriza, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por modalidades que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação à distância, exceto nos cursos de medicina, estágios obrigatórios e disciplinas que exijam laboratórios. A medida vale para a rede federal, incluindo universidades e institutos de educação técnica, além de instituições de ensino superior privadas. Em maio, a pasta estendeu por mais um mês a autorização para que instituições de ensino adotem o ensino remoto no lugar das aulas presenciais.

É preciso enfatizar que ensino remoto é uma prática que difere da Educação a Distância - essa é uma tecnologia regida por protocolos, instrumentos e capacitações próprias. Não apenas os professores, mas também os alunos necessitam atender a alguns requisitos como espaço físico, equipamento e acesso à internet para que o método seja viável.

Mariana Trotta, encarregada de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, afirma que o trabalho remoto docente não deve incorporar as atividades de ensino. "Essa é mais uma tentativa de imposição de um ensino a distância, que não é a Educação a Distância (EAD) porque não segue as regras e exigências de uma EAD. É outra forma que precariza a educação, fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os direitos de docentes e estudantes", explica Trotta.

Para Eblin Farage, secretária-geral do Sindicato Nacional, o que o governo federal tenta impor às universidades, institutos federais e Cefet não pode ser considerado EAD. "Esse arremedo de EAD é totalmente absurdo e desproporcional neste momento de pandemia e significará uma desigualdade imensa para os estudantes. Se aprovado, vai impor um ritmo de trabalho aos docentes para o qual não estão preparados emocional e materialmente, com as tecnologias e todo o preparo que o EAD exige na produção de material e manejo das tecnologias. O governo desconsidera a sobrecarga já existente e intensificada pela qual passam docentes e estudantes na pandemia", disse.

Realidade

No Brasil, neste momento, milhares de estudantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social e lutam pela sua saúde e de seus familiares. Somando a isso, a falta de acesso à internet e tecnologia de qualidade dificulta a inserção desses estudantes neste modelo de ensino.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pnad 2017, apontam que um quarto dos domicílios não têm acesso à internet. Em 98,7% dos domicílios que declaram contar com acesso à internet, o telefone celular era utilizado para este fim, vindo em seguida o computador (52,3%).

Corte de adicionais

Em meio à pandemia, o governo federal retirou inesperadamente os adicionais dos salários dos servidores públicos federais. No dia 25 de março, o Ministério da Economia publicou a Instrução Normativa (IN) nº 28, pela qual o governo cancelou, durante o estado de emergência, diversos auxílios percebidos pelos docentes e vedou o cancelamento, prorrogação ou alteração de períodos de férias já programados. A suspensão incide no pagamento de auxílio-transporte, adicional noturno e adicionais ocupacionais dos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, durante o estado de calamidade pública em decorrência da COVID-19.

Segundo Mariana Trotta, a medida viola direitos dos docentes. "Essa instrução normativa fere os direitos funcionais dos docentes das universidades, institutos federais e Cefet. É importante que as seções sindicais entrem com as ações judiciais, como também questionem, com o protocolo de requerimento administrativo, a IN nas respectivas instituições de ensino", orienta.

O Sindicato Nacional, Fasubra e Sinasefe protocolaram um ofício, junto ao MEC, Andifes e Conif, questionando a aplicação da IN 28.

Outros ataques

Outros ataques também vieram nas instruções normativas 19 e 21, editadas pelo Ministério da Economia. As IN estabelecem uma série de exigências, entre elas a previsão da adoção do regime de teletrabalho e a sua regulamentação e, ainda, apresentação de plano de trabalho.

Para a docente, o debate sobre trabalho remoto e a exigência de um plano de trabalho, em especial nas universidades em que os docentes nunca tiveram que apresentar plano de trabalho, precisa ser democrático, coletivo e garantir a autonomia das IES e do trabalho docente.

Tanto a portaria 343 quanto as Instruções Normativas 19 e 21 esbarram na autonomia universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Para a secretária geral do ANDES-SN, não tem sentido impor um plano de trabalho com a suspensão de calendários acadêmicos nas instituições de ensino.

A ADUFOP, assim como o ANDES-SN, defende a suspensão de todas as atividades acadêmicas, incluindo os prazos de qualificação e defesa das teses e dissertações. Após o fim da pandemia, através de seus conselhos superiores, universidades, institutos e Cefet, defende rediscutir o calendário acadêmico e a reposição de aulas.

Fonte: ANDES-SN

EAD

No Brasil, a Educação a Distância (EAD) tem crescido a cada ano. O Censo da Educação Superior 2018 registrou 7,1 milhões de vagas na EAD, enquanto os cursos presenciais contabilizam 6,3 milhões. No final de 2018, o MEC publicou uma portaria autorizando cursos de graduação presenciais a ofertar até 40% das aulas a distância. O limite anterior era de 20%. Na época, a medida foi elogiada pelas mantenedoras de ensino privado no país. As IES particulares detêm a maior parte das matrículas no ensino superior, 75,3%, de acordo com o Censo da Educação Superior. Detêm também 90,6% das matrículas em EAD. O ANDES-SN defende a modalidade de ensino como ferramenta metodológica complementar e não em substituição às aulas presenciais.

ESTUDO

Aulas de Graduação em Universidades Federais em tempos de COVID-19: desafios e estratégias implementadas

As professoras Amanda Nascimento e Cristina Maia, respectivamente 2ª e 1ª secretária da ADUFOP, escreveram o artigo "Aulas de Graduação em Universidades Federais em tempos de COVID-19: desafios e estratégias". O documento auxiliou as discussões da entidade acerca do Plano de Ensino Letivo Emergencial (PLE) da UFOP.

O estudo apresenta uma análise de conjuntura acerca da continuidade das aulas de graduação em Universidades Federais durante a pandemia causada pelo COVID-19 e também são descritas em, linhas gerais, as principais medidas implementadas pelas universidades que mantêm ensino remoto durante o isolamento social. O artigo está disponível no site da ADUFOP.

Professores da UFOP contribuem com o Caderno 3: Ecologia e Sociedade na América Latina da SESUNILA

A professora Kathiuça Bertollo , diretora da ADUFOP, e o professor Rodrigo Nogueira escrevem o artigo "Aportes críticos acerca da mineração extrativistas em Minas Gerais e sua relação com a Universidade Pública" para o Caderno 3 - Ecologia e Sociedade na América - da SESUNILA Seção Sindical Do ANDES-SN.

São 13 textos de professores da SESUNILA e outros que integram a base do ANDES a partir da ADUFF, da ADUFOP, da ADUFRJ e da APROFURG. O caderno também inclui uma curadoria de trabalhos de artistas visuais da América Latina que problematizam a exploração da natureza e lutam pela superação do capitalismo. Convidamos a todas e todos a se apropriarem do debate e do acúmulo do ANDES no debate ambiental, sobretudo num governo que usa a grave pandemia para "passar a boiada" da destruição e privatização da natureza. A revista pode ser acessada através do site da ADUFOP.

Com informações SESUNILA

COVID-19

RECOMENDAÇÕES PARA USO E LIMPEZA DE MÁSCARAS DE TECIDO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

QUANDO USAR?

Sempre que sair de casa.

*Informação: Adaptado da Comissão de Crise Covid-19/Enut/UFOP

COMO USAR?

O uso da máscara é individual.
Deve cobrir o nariz e a boca.
Evite tocar a máscara.
Se precisar ajustar, faça isso pelas tiras de amarração ou elásticos.
Use, no máximo, por 2 horas.
Ou troque antes disso se estiver úmida.
Lave as mãos com água e sabão antes e após retirar a máscara.
Retire-a pelo laço ou nó da parte traseira, sem tocar na frente.

COMO LIMPAR?

O próprio usuário da máscara deve colocar de molho em solução de água sanitária por 30 minutos.
Em seguida, enxágue em água corrente e lave com água e sabão.
Quando secar, passe com ferro quente e guarde em saco plástico.

COMO PREPARAR A SOLUÇÃO DE ÁGUA SANITÁRIA?

Use uma colher de sopa de água sanitária (com 2,0 a 2,5% de cloro ativo) para 500mL de água potável.

Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL

SOLIDARIEDADE

A questão da fome e da solidariedade classista em tempos de pandemia da COVID-19

Acerca da questão da fome: onde estávamos (entidades, movimentos, individualmente, politicamente) nos 'dias de normalidade' que 'não a víamos'? Esta situação sub-humana sempre esteve ao nosso lado, sob nossos olhos.

A questão da fome, na sociedade moderna é resultado e condição estruturante de um sistema econômico, social e político de produção coletiva dos bens, produtos e riqueza, mas de apropriação privada, e que a partir disso, é organizado em classes sociais antagônicas. De um lado, a classe trabalhadora que produz a riqueza, porém não se apropria dela, de outro a burguesia, que detém e controla todo o processo produtivo e a riqueza gerada através da exploração da força de trabalho.

Essa é a estrutura basilar do capitalismo, sistema que orienta e aprisiona a existência do gênero humano, que marca e tolhe a vida de milhões de pessoas ao redor do globo, que os reduz à bestialidade, à uma vida sem qualquer possibilidade de plena realização dos sentidos, mesmo os mais elementares. Que impõe o pauperismo, a violência, a negação, a miséria, a fome, a 'morte em vida'.

Adentramos o ano de 2020 vivenciando uma pandemia, a vida de milhares de pessoas foi suprimida por uma doença ainda sem cura. No dia 16 de julho se contabilizavam mais de 13 milhões de pessoas infectadas e 580.045 mortes no mundo e no Brasil, um dos países com mais mortes confirmadas, 76.822 óbitos e 2.014.738 de pessoas infectadas.

O período pós pandemia já anuncia um cenário de degradação e destruição societária e humana. Este panorama não é resultado de qualquer pessimismo da razão, é pura e simplesmente consequência de um sistema que controla as esferas da produção e da reprodução social priorizando a economia e o lucro em detrimento da vida. Para a burguesia, a vida da classe trabalhadora é uma mercadoria descartável. Para a classe trabalhadora, a vida é o único bem que se possui!

O capitalismo submete cotidianamente a classe trabalhadora à 'morte em vida', seja pela negação de saúde, alimentação, habitação, lazer, educação, saneamento básico, etc. situação que se agrava diária e amplamente, que salta à vista e exige respostas.

No Brasil, a construção das respostas às demandas imediatas de sobrevivência deu-se por meio dos direitos sociais e das políticas sociais, da luta político-classista, legal e normativa para o Estado reconhecê-las e posteriormente para efetivá-las, via leis orgânicas, financiamento e sistemas, tais quais o Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da política de saúde e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito da assistência social.

No âmbito da assistência social as respostas à questão da fome se dão via programas e projetos sociais e benefícios eventuais. **A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece em seu art.22 que *"Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública".*** É dentro dessa delimitação que auxílios como 'cestas básicas' são ofertados. Está, historicamente, tem sido a resposta imediata à demanda da fome por parte do Estado brasileiro.

Além destas ações operacionalizadas via política do SUAS, ressalta-se: política social que não possui um caráter universal de acesso, que é destinada 'a quem dela necessitar', a resposta do governo federal à questão da fome, do desemprego e demais incertezas, negações e violências na vida da população brasileira em tempos de pandemia da COVID-19 foi, após pressão do Congresso Nacional, a liberação de um auxílio emergencial no valor de R$ 600,00 por três meses (que foi prorrogado mais ainda não se sabe ao certo o valor e as datas para recebimento).

Aponta-se para o caráter extremamente limitado desse auxílio, seja pelo valor que é repassado, seja pelo tempo que será ofertado, seja pelas regras para acessá-lo, mas principalmente, por se tratar de ação isolada, desarticulada de qualquer perspectiva de atendimento universal às demandas da população brasileira, dentre estas, a prioritária que é sanar a fome.

Tais ações explicitam o caráter estrutural e classista do Estado, de opção por um projeto societário que não é o mesmo pautado e defendido pela classe trabalhadora, é o da manutenção e perpetuação da ordem sob a hegemonia e domínio do capital. Caráter este já explicitado em 1848 por Marx e Engels quando afirmam que "O poder do estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo".

Tal afirmação deve ser inscrita e compreendida a partir das esferas da produção e da reprodução social e do contexto da luta de classes, caso contrário, 'mata-se' a história e a possibilidade de o gênero humano construí-la, modificá-la, permanecendo como verdade a afirmação de que o capitalismo é o patamar máximo de desenvolvimento e civilidade alcançado e possível para a humanidade. Absolutamente não é disso que se trata!

Neste contexto de crise do capital, que se agrava pela pandemia da COVID-19, a classe trabalhadora precisa retomar, fortalecer e ampliar a atuação na construção de processos de tomada de consciência de classe, no tensionamento desta ordem societária que não permite sequer a existência biológica a todos os indivíduos que a compõe. A tarefa imediata e de impulsionamento desse contexto de resistência e luta é: garantir a vida.

É preciso explicitar que as raízes dessa condição de 'morte em vida' são estruturantes do capitalismo, que neste sistema é somente este o lugar e condição relegados à classe trabalhadora, que é negada qualquer possibilidade de ultrapassar enquanto classe esse limite que difere e antagoniza as classes sociais que o compõe.

Diante disso, as organizações classistas possuem responsabilidades, e dentre estas, pautar e realizar 'ações de solidariedade' no que se refere à garantia da vida, ao enfrentamento da fome, da política de genocídio e do extermínio em massa, questões estas de ocorrência cotidiana pelo capital com respaldo do Estado, e agora em tempos de pandemia são fortemente agravadas.

O histórico de lutas, resistência e organização da classe trabalhadora brasileira tem vasto e relevante registro de ações a partir dessa perspectiva. São expressivas desde o período da escravidão, melhor dizendo, ainda no período da escravidão (uma das páginas mais degradantes, irracionais e anti-humanas da existência do gênero humano e da história do nosso país), ações de solidariedade de classe, a exemplo dos levantes. A perspectiva de solidariedade deve ser inspirada nas formas de ajuda mútua, nas formas de resistência e organização que os quilombos assumiam, na luta pela superação daquele sistema social e econômico produtivo em que a vida humana era posse de outrem.

Devem inspirarem-se nas associações criadas no seio das categorias profissionais e instituídas desde os primórdios de sua constituição e consolidação enquanto tal, e portanto, sem maior respaldo de legislações e garantias por parte do Estado, tal qual como conhecemos e temos na atualidade, via direitos trabalhistas e previdenciários, via sistema de seguridade social e das políticas sociais, apesar do caráter seletivo e focalizado que portam e as constituem.

Não devem deixar de serem inspiradas também pelas experiências históricas de luta e busca de construção de outra ordem societária, verdadeiramente justa e igualitária, sem dominação e exploração de classe, sem opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, sem violências e negações à classe trabalhadora.

Para tanto, e considerando a condição de capitalismo dependente, de superexploração da força de trabalho, o que impõe condições mais agravadas e árduas à sobrevivência da classe trabalhadora brasileira, as ações precisam ser organicamente vinculadas e oriundas da própria classe trabalhadora, do seu reconhecimento enquanto classe.

Não pode ser orientada por viés caritativo, apelativo, assistencialista, emergencial, fragmentado e pontual de atuação em decorrência da gravidade da pandemia da COVID-19 e da amplitude que tem tomado, ou seja, não pode ser descolado de perspectivas mais amplas e tensionadoras dessa ordem econômico-social. Momentos de acirramento da própria existência humana tal qual este que estamos vivenciando pela pandemia, não são pontos fora da curva, são uma constante, e por isso precisam ser superados.

A classe trabalhadora porta em suas mãos essa possibilidade histórica. Sem voluntarismos e espontaneístas, sem ações mecanicistas seja individual ou de organizações classistas, mas também, sem desistência, com disposição e ânimo para a árdua tarefa de constituição e potencialização de 'força social' necessária para que seja possível não mais sentirmos e vivenciarmos a questão da fome, do medo, das violências e das negações, e sim vivermos plenamente nossos sentidos em coletividade, igualdade e liberdade.

Professora Kathiuça Bertollo
Diretora da ADUFOP

SOLIDARIEDADE

Solidariedade de classe: Ações da ADUFOP durante a pandemia

Ações de solidariedade neste momento têm amenizado um pouco a situação dos mais atingidos pela pandemia. Durante esse período, a ADUFOP já realizou doação de cestas básicas para o DCE; folders para uma campanha de como usar e lavar adequadamente a máscara junto com reflexão crítica acerca do desmonte das políticas sociais, EC 95, omissão do Estado e governo Bolsonaro; doação de materiais de construção para uma campanha do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) para construção de uma casa para uma família atingida em Barra Longa; doação de cestas básicas para o Centro Acadêmico de História; doação de 20 cestas básicas para Campanha Nós por Nós - Periferia Viva e doação de tecidos e elásticos para costureiras em Antônio Pereira (em andamento).

Devido ao isolamento social, principal forma de evitar a disseminação do coronavírus, muitas pessoas perderam parte de sua renda. Nesse momento, é importante mostrarmos nossa solidariedade de classe.

Algumas doações de cestas básicas realizadas pela ADUFOP - Foto: João Paulo Ribeiro/ADUFOP

CONVITE

Ações dos docentes da UFOP durante a pandemia

A ADUFOP quer iniciar uma campanha em defesa da educação pública mostrando as ações dos docentes da UFOP durante a pandemia. Ações de enfrentamento, grupos de pesquisa e trabalho, projetos de extensão... O intuito é divulgar nas redes sociais do sindicato para que todos tenham conhecimento de que os docentes não estão parados durante a pandemia. Algumas ações foram divulgadas no site oficial da UFOP e a ADUFOP tem acompanhado.

A ADUFOP está na luta e se manifesta à disposição para contribuir, ao que se refere à defesa da educação pública de qualidade, da autonomia da universidade e do enfrentamento à pandemia.

A entidade, com ajuda da sua base, quer divulgar estas ações. Encaminhe, para **comunicacao@adufop.org.br** o que você está desenvolvendo neste período.

CONVITE

Chamada Cultural ADUFOP

A ADUFOP convida docentes, técnicos, estudantes da graduação e pós graduação, toda comunidade acadêmica, a socializarem indicações de poesias, filmes, livros, reportagem, podcasts, artigos, resenhas, vídeos, entre outros durante a pandemia. A iniciativa tem intuito de ajudar a compreender o momento através da cultura. As indicações aprovadas sairão nas redes sociais e site da ADUFOP às sextas-feiras, de acordo com a adesão da comunidade acadêmica. Faça a indicação de obras de autoria própria ou recomendações que considere relevantes e importantes. Faça sua indicação por direct (Instagram) ou encaminhe para o e-mail **comunicacao@adufop.org.br**

LUTA

Basta de Bolsonaro e Mourão!

Vivenciamos um contexto de crise do capital que se agrava a cada dia através das ofensivas sobre os trabalhadores e trabalhadoras do mundo todo. No Brasil este contexto não é diferente. A pobreza e a miséria se exponenciam, sendo o resultado do desemprego, da falta de acesso à educação, saúde, segurança, saneamento básico, dentre outros direitos sociais.

Esse contexto piora e se agrava em muito com a situação da pandemia da COVID-19 que já contaminou mais de 12 milhões de pessoas ao redor do mundo e tirou a vida de cerca de 600 mil. No Brasil, segundo colocado no ranking de contaminação mundial, perdendo apenas para os EUA, já soma, no dia 14 de julho de 2020, um total de1.887.959 contaminados e

72.92 mortes.

O que temos visto é um contexto de negacionismo e um despreparo técnico e político-interventivo por parte do governo de Bolsonaro e dos governos estaduais. Estamos prestes a completar 2 meses sem um ministro de saúde. Em Minas Gerais é evidente que o governo Zema segue a cartilha do governo federal, o que resulta em ações ineficientes no combate à pandemia e resulta no acelerado número de contaminações e mortes, além dos casos de subnotificação por falta de testagem em massa.

Nos municípios a realidade não é diferente. No caso dos municípios mineradores, a situação se agrava ainda mais. A mineração não parou e coloca em risco a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, além de seus familiares e a comunidade em geral. É importante considerar que a maioria destes são municípios de pequeno e médio porte e que não possuem uma rede de atendimento estruturada de forma ampla e que em caso de um pico da curva não se teria condições de prestar os atendimentos necessários à garantia da vida da população, seria necessário recorrer à capital, Belo Horizonte, cidade que está com quase totalidade de leitos de UTI ocupados.

A ADUFOP se posiciona favorável ao Fora Bolsonaro e Mourão. Ressalta e denuncia, no campo específico de sua atuação – o âmbito da educação superior pública, de defesa dos direitos da categoria docente e de um projeto democrático, público e inclusivo de educação – que no governo Bolsonaro, quatro pessoas já ocuparam o cargo de ministro da educação, cada gestão foi pior que a anterior. Estamos à mercê de um governo negacionista e que propaga e desenvolve fortes ataques à educação e aos funcionários públicos da área.

Fomos chamados de parasitas! Afirmaram que nas universidades públicas só se faz balbúrdia! Intentam privatizar e entregar o histórico direito social da educação ao capital por meio do Future-se, projeto que foi encaminhado para a aprovação do Congresso em meio a este tempo tão adverso da Pandemia. Não capazes de estruturar adequadamente o sistema de ensino público frente a maior crise sanitária dos último tempos, impuseram, em todos os seus âmbitos da formação, educação básica, fundamental, ensino médio e superior, a proposta de ensino remoto às unidades de ensino.

Explicitamos que esta medida, que nada mais é do que um arremedo de EAD, é uma ação que fortemente precariza a educação pública e a atuação docente, pois nega condições adequadas para o desenvolvimento das atividades tanto para os e as discentes como para os e as docentes. Situação que se agrava no caso das mulheres discentes e docentes, considerando o pilar machista de sustentação da sociedade burguesa em que vivemos. Não podemos aceitar esta como a única saída possível no momento. Isso é curvar-se a um governo genocida, negacionista e privatista. Agora é o momento de a Universidade demonstrar sua função social, superar o sexismo institucional, contribuir para o enfrentamento da pandemia, divulgar o pensamento crítico e de defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

Por estes motivos a ADUFOP reafirma:

FORA BOLSONARO E MOURÃO, JÁ!
AS VIDAS VALEM MAIS QUE O LUCRO!
PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!
POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, PRESENCIAL E INCLUSIVA!
A MINERAÇÃO NÃO É ESSENCIAL, SALVAR VIDAS SIM!
EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS!